

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	200119-SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS	THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE	29/04/2026 14:35 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	27/2026	08660.013947/2025-85

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em disponibilização de serviços de comunicação via internet para as unidades da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul e de órgão participante, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Órgão Gerenciador: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS (UASG 200119)

GRUPO UF	ITEM	RESUMO	CATSER	QTD	VLR. UNITÁRIO	VLR TOTAL MÊS	VLR TOTAL VIGENCIA	SUBTOTAL GRUPO	VALOR UNITÁRIO PARA PROPOSTA
1 Serviços de comunicação - internet fixa - RS	1	LINK INTERNET 1 Gbps / 1 Gbps	26506	1	R\$ 1.790,00	R\$ 1.790,00	R\$ 21.480,00	R\$ 414.868,60	R\$ 34.572,3833
	2	LINK INTERNET 100 Mbps / 40Mbps	26506	12	R\$ 897,90	R\$ 10.774,80	R\$ 129.297,60		
	3	LINK INTERNET 50 Mbps / 20 Mbps	26506	31	R\$ 545,00	R\$ 16.895,00	R\$ 202.740,00		
	4	LINK INTERNET 10 Mbps / 10 Mbps	26506	5	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00		
	5	Disponibilidade de monitoramento com manutenção de ponto	21660	1	R\$ 644,00	R\$ 644,00	R\$ 7.728,00		
	6	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)	26166	20	R\$ 1.181,15	---	R\$ 23.623,00		
2 Serviços de comunicação - link de Internet Satelital - RS	7	Link de Internet Satelital 50 Mbps / 20 Mbps	26557	4	R\$ 650,00	R\$ 2.600,00	R\$ 31.200,00	R\$ 38.286,90	R\$ 3.190,5750
	8	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)	26166	6	R\$ 1.181,15	---	R\$ 7.086,90		
TOTAL UNIDADE							R\$ 453.155,5000		

Órgão Participante: MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL (UASG 200109)

GRUPO UF	ITEM	RESUMO	CATSER	QTD	VLR. UNITÁRIO	VLR TOTAL MÊS	VLR TOTAL VIGENCIA	SUBTOTAL	VALOR UNITÁRIO PARA PROPOSTA
3	9	LINK INTERNET 100 Gbps / 100 Gbps	26506	1	R\$ 993,45	R\$ 993,45	R\$ 11.921,40		

Serviços de comunicação - internet fixa - SEDE / DPRF / DF	10	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)	26166	2	R\$ 1.181,15	---	R\$ 2.362,30	R\$ 14.283,70	R\$ 1.190,3083
TOTAL UNIDADE							R\$ 14.283,7000		

Órgão Participante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-CE (UASG 200112)

GRUPO UF	ITEM	RESUMO	CATSER	QTD	VLR. UNITÁRIO	VLR TOTAL MÊS	VLR TOTAL VIGENCIA	SUBTOTAL	VALOR UNITÁRIO PARA PROPOSTA
4 Serviços de comunicação - internet fixa - CE	11	LINK INTERNET 1 Gbps / 1 Gbps	26506	1	R\$ 1.790,00	R\$ 1.790,00	R\$ 21.480,00	R\$ 165.645,50	R\$ 13.803,7917
	12	LINK INTERNET 100 Mbps / 40Mbps	26506	5	R\$ 897,90	R\$ 4.489,50	R\$ 53.874,00		
	13	LINK INTERNET 50 Mbps / 20 Mbps	26506	12	R\$ 545,00	R\$ 6.540,00	R\$ 78.480,00		
	14	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)	26166	10	R\$ 1.181,15	---	R\$ 11.811,50		
5 Serviços de comunicação - link de Internet Satelital - CE	15	Link de Internet Satelital 50 Mbps / 20 Mbps	26557	4	R\$ 650,00	R\$ 2.600,00	R\$ 31.200,00	R\$ 38.286,90	R\$ 3.190,5750
	16	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)	26166	6	R\$ 1.181,15	---	R\$ 7.086,90		
TOTAL UNIDADE							R\$ 203.932,4000		

1.1.1. Resumo por grupo e valor total da licitação:

GRUPO	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATSER /SIASG	UNID.	PERÍODO (MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ADMITIDO
1 (RS)	Serviços de comunicação - internet fixa - RS	26506	Unid	12	R\$ 34.572,3833	R\$ 414.868,60
2 (RS)	Serviços de comunicação - link de Internet Satelital - RS	26557	Unid	12	R\$ 3.190,5750	R\$ 38.286,90
3 (DF/SEDE)	Serviços de comunicação - internet fixa- SEDE/DPRF	26506	Unid	12	R\$ 1.190,3083	R\$ 14.283,70
4 (CE)	Serviços de comunicação - internet fixa - CE	26506	Unid	12	R\$ 13.803,7917	R\$ 165.645,50
5 (CE)	Serviços de comunicação - link de Internet Satelital - CE	26557	Unid	12	R\$ 3.190,5750	R\$ 38.286,90
Total						R\$ 671.371,60

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RS (UASG 200119)					
Item	Descrição / especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total

1	LINK INTERNET 1 Gbps / 1 Gbps	Unid	1	1	1
2	LINK INTERNET 100 Mbps / 40Mbps		1	12	12
3	LINK INTERNET 50 Mbps / 20 Mbps		1	31	31
4	LINK INTERNET 10 Mbps / 10 Mbps		1	5	5
5	Disponibilidade de monitoramento com manutenção de ponto		1	1	1
6	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)		1	20	20
7	Link de Internet Satelital 50 Mbps / 20 Mbps		1	4	4
8	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link) - para satelital		1	6	6

Órgão Participante: MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL (UASG 200109)					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	LINK INTERNET 500 Mbps / 500 Mbps	Unid	1	1	1
2	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)		1	2	2

Órgão Participante: SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-CE (UASG 200112)					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	LINK INTERNET 1 Gbps / 1 Gbps	Unid	1	1	1
2	LINK INTERNET 100 Mbps / 40Mbps		1	5	5
3	LINK INTERNET 50 Mbps / 20 Mbps		1	12	12
5	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link)		1	10	10
6	Link de Internet Satelital 50 Mbps / 20 Mbps		1	4	4
7	Instalação de ponto de internet (remanejamento de link) - para satelital		1	6	6

1.2.1. O licitante deve fornecer planilha de formação de preços contendo componentes da solução, com base no Anexo I-B - Modelo de proposta de preço e observando os valores máximos admitidos de cada item:

DESCRIÇÃO DO ITEM	VLR. UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO
LINK INTERNET 1 Gbps / 1 Gbps	R\$ 1.790,00
LINK INTERNET 100 Mbps / 100 Mbps	R\$ 993,45
LINK INTERNET 100 Mbps / 40Mbps	R\$ 897,90
LINK INTERNET 50 Mbps / 20 Mbps	R\$ 545,00
LINK INTERNET 10 Mbps / 10 Mbps	R\$ 500,00
Link de Internet Satelital 50 Mbps / 20 Mbps	R\$ 650,00
Serviços de instalação e manutenção / Remanejamento de links	R\$ 1.181,15
Disponibilidade de monitoramento Disponibilidade de monitoramento com manutenção de ponto	R\$ 644,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que, conforme definido no inciso XIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, seus padrões de desempenho e de qualidade são expressamente definidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nos anexos deste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3.1. O objeto a ser licitado é definido com clareza no ETP, o que permite que o julgamento das propostas seja objetivo.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a conectividade de dados é condição permanente, essencial e ininterrupta para o funcionamento das unidades administrativo-operacionais da SPRF-RS, sustentando sistemas corporativos, plataformas de fiscalização, comunicação institucional, serviços ao cidadão e demais atividades finalísticas da Polícia Rodoviária Federal.

1.4.1. A natureza contínua da prestação impede descontinuidade ou interrupção, sob risco de comprometimento direto da eficiência operacional e da segurança institucional.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze)** meses contados da **assinatura do Contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Dos bens de luxo

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Do sistema de registro de preços

1.7. A licitação em tela será mediante uma Sistema de Registro de Preços (SRP) conforme estabelecidos nos artigos 82 a 86, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, na forma do art. 22, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

1.7.2. Justificam a adoção do SRP:

i) Flexibilidade e Capilaridade Geográfica:

A PRF possui postos, delegacias e unidades administrativas em pontos remotos e de difícil acesso em todo o país, sendo que o SRP permite que a administração contrate o link apenas quando houver viabilidade técnica ou necessidade imediata em um ponto específico, sem a obrigação de instalar todos os pontos simultaneamente no início do contrato.

Tal medida evita o pagamento por disponibilidade em locais onde a infraestrutura da operadora ainda não chegou ou onde o posto está em fase de reforma/mudança.

ii) Natureza Parcelável do Objeto:

Links de internet são serviços divisíveis por natureza.

De acordo com a Lei 14.133/2021, o SRP é preferencial para bens e serviços de uso frequente e com entregas parceladas.

Como cada unidade da PRF demanda uma instalação independente, o SRP se ajusta perfeitamente à necessidade de ativações graduais conforme a expansão da rede ou renovação tecnológica de cada delegacia.

iii) Otimização do Fluxo Orçamentário:

No SRP, o órgão não precisa empenhar o valor total da ata de uma só vez.

Isso protege o orçamento da PRF, permitindo que os recursos sejam alocados conforme a disponibilidade orçamentária ao longo da validade da Ata (geralmente 12 meses, prorrogáveis), evitando o "engessamento" de grandes montantes de capital.

iv) Agilidade frente a Eventos Imprevistos

A PRF frequentemente atua em operações especiais ou situações de emergência (ex: grandes comboios, desastres em rodovias ou operações de fronteira).

A existência de uma Ata de Registro de Preços permite a contratação ágil de links temporários ou reforço de banda para operações específicas.

Elimina a necessidade de abrir um novo processo licitatório (que levaria meses) para atender a uma demanda urgente de conectividade em um local estratégico.

Do fornecedor único para atividades agrupadas no lote

1.8. A escolha de um único fornecedor para as atividades agrupadas no lote visa garantir eficiência operacional, qualidade de serviço e facilidade de gerenciamento contratual e diversos benefícios adicionais, como:

i) Integração Tecnológica: Um fornecedor único facilita a compatibilidade entre equipamentos e sistemas, assegurando que hardware e software operem de forma coesa e eficiente.

ii) Treinamento Unificado: Com um único fornecedor, as configurações para o uso dos dispositivos são padronizados, garantindo que todos os usuários recebam instruções consistentes e abrangentes.

iii) Manutenção Simplificada: A centralização da manutenção e do suporte técnico reduz a complexidade logística, permitindo respostas mais rápidas a eventuais problemas e garantindo maior disponibilidade dos serviços.

iv) Economia de Escala: A contratação de um único fornecedor resulta em condições comerciais mais vantajosas, devido ao volume consolidado de equipamentos e serviços adquiridos.

1.9. Havendo divergências entre o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, prevalecerá o estabelecido no Termo de Referência.

1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Do catálogo eletrônico de padronização de compras

1.11. O objeto pretendido não consta no catálogo eletrônico de padronização de compras e nos catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP no âmbito do processo de gestão estratégica das contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494010441-0-000008/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 01/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 161;
- IV) Classe/Grupo: 142 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200119-27/2026.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2026 da Polícia Rodoviária Federal, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS Plano Estratégico Institucional 2023-2028 da PRF	
ID	Objetivos Estratégicos
OE-06	Potencializar ações de enfrentamento à criminalidade
OE-14	Fortalecer a imagem e a transparência institucional
OE-11	Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras

ALINHAMENTO AO PDTIC Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2026 da PRF			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
IS-1.1	Aprimoramento da comunicação operacional por meio de serviços e tecnologias viáveis	OS-01	Garantir a disponibilidade do principal recurso tecnológico operacional do policial
IS-5.1	Trabalhar na expansão e manutenção da rede de rádio digital	OS-05	Aprimoramento da comunicação operacional por meio de serviços e tecnologias viáveis
IS-7.1	Ajustamento da capacidade de atendimento às necessidades de sustentação e evolução	OS-07	Sustentar os sistemas e serviços constantes no catálogo de serviços

Relação com o volume pretendido

2.4. Para atendimento do objetivo e da garantia de eficácia na necessidade de prover conectividade e disponibilização de serviços, o volume leva em consideração o efetivo total de servidores na ativa em cada unidade e a necessidade concomitante de realização de serviços.

2.5. Das adesões à Ata de Registro de Preços

2.5.1. Para a Ata de Registro de Preços (ARP) oriunda da pretensa contratação é permitida a participação por meio de ADESÃO (carona), nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

2.5.2. O órgão ou entidade que pretende aderir à ARP deve apresentar uma justificativa detalhada, demonstrando que a adesão é a opção mais vantajosa para a administração pública, em comparação com a realização de um novo processo licitatório, considerando aspectos como economicidade, eficiência, eficácia e compatibilidade com os valores de mercado.

2.5.3. A adesão à ARP depende da prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador da ata e do fornecedor registrado.

2.5.4. O órgão ou entidade que pretende aderir à ARP deve ter disponibilidade orçamentária e financeira para arcar com os custos da contratação.

2.5.5. O Edital estabelecerá limites para a adesão à ARP, tanto em relação ao quantitativo de itens registrados para o órgão gerenciador e órgãos participantes, quanto em relação ao quantitativo total fixado para adesões no edital.

2.5.6. A permissão a adesão à ARP tem como objetivo:

i) Vantajosidade econômica

Redução de prazos: A adesão à ARP elimina a necessidade de realizar um novo processo licitatório, o que economiza tempo e agiliza a contratação do serviço de tecnologia.

Disponibilidade imediata: O serviço já foi licitado e está disponível para contratação, permitindo que o órgão público atenda às suas necessidades de forma mais rápida.

Redução de custos: A ARP geralmente resulta em preços mais vantajosos, pois o fornecedor já foi selecionado em um processo competitivo.

Economia de tempo e pessoal: A adesão à ARP simplifica os trâmites administrativos, liberando servidores para outras atividades.

ii) Padronização e Qualidade

Serviços testados e aprovados: A ARP garante que o serviço de tecnologia já foi avaliado e atende aos requisitos técnicos e de qualidade estabelecidos no edital da licitação original.

Padronização de processos: A adesão à ARP pode contribuir para a padronização dos serviços de tecnologia utilizados pelo órgão público.

iii) Atendimento a Necessidades Específicas

Necessidades urgentes: Em situações de emergência ou quando há necessidade de atendimento imediato, a adesão à ARP pode ser a solução mais rápida e eficiente.

Demandas específicas: A ARP vai contemplar serviços de tecnologia específicos que o órgão pretendente necessita, como conectividade, itens relacionados e suporte técnico especializado.

Do local de prestação do serviço

2.6. Os serviços serão prestados nos locais indicados no Anexo I-K - Estimativa e localização de pontos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste no provimento de serviços de acesso à internet, com disponibilidade contínua, baixa latência e capacidade mínima de banda compatível com as necessidades de cada local de instalação.

3.2.1. A contratada deverá dimensionar, disponibilizar, fornecer, instalar, configurar, operar, monitorar, gerenciar e manter equipamentos e recursos que forem necessários, tais como roteadores, modems, estações de gerenciamento, meios de transmissão, cabeamento WAN, e acessórios, dentre outros, inclusive testes, ativação e manutenção, durante toda a vigência contratual.

3.2.2. O serviço deverá ser fornecido por meio de circuitos fixos terrestres ou, onde não houver infraestrutura disponível, a solução deverá contemplar o fornecimento de acesso via tecnologia satelital de baixa órbita, garantindo estabilidade mínima ao funcionamento das unidades remotas e compatibilidade com os sistemas corporativos da Contratante.

3.2.3. A descrição da solução de TIC a ser contratada está detalhada no item 12, do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste artefato.

3.2.4. A solução contempla a disponibilização e a manutenção de um ponto de acesso à internet com equipamento de monitoramento, conforme elencado no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste artefato.

3.2.4. O quantitativo de bens e serviços necessários para a composição da solução de TIC estão descritos no Anexo I-C - Especificações técnicas.

3.3. Especificamente para o Órgão Gerenciador há um ponto de conectividade dotado de sistema de monitoramento, item 34, código PRFRS-D09.01, do Anexo I-K - Estimativa e localização de pontos.

3.3.1. O ponto de que trata o subitem caput é vital para acompanhamento em tempo real do local, que possui registro de sinistro de trânsito e de ocorrência pedestre.

3.3.2. O local é dotado de solução de monitoramento contendo link de comunicação para envio de vídeo e imagens capturados, câmeras Dome Hikvision e LPR Hikvision, NVR Hikvision, painel solar para energização dos equipamentos, inversor solar, switch e modem wi-fi.

3.3.3. A manutenção preventiva dos equipamentos está contida no item 49, código SERV-01, do Anexo I-K - Estimativa e localização de pontos.

3.3.4. Em caso de necessidade de substituição dos equipamentos de monitoramento, a futura contratada deverá informar o objeto e suas especificações, com, no mínimo, 03 orçamentos e fornecedores autorizados, para que a Contratante autorize a autorização de fornecimento e providencie o pagamento.

3.3.5. Não incidirá custo de serviço para a substituição do equipamento informado no subitem anterior, tendo em vista ser atividade contida na disponibilidade do ponto e contida no item 49, código SERV-01, do Anexo I-K - Estimativa e localização de pontos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Garantir continuidade operacional aos serviços de fiscalização e atendimento ao cidadão;
- 4.1.2. Permitir execução das atividades finalísticas nas unidades descentralizadas;
- 4.1.3. Permitir comunicação institucional e suporte administrativo;
- 4.1.4. Atuar em conformidade com políticas institucionais de TIC; e
- 4.1.3. Mitigar riscos operacionais.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.4. Os Requisitos Legais e Regulatórios estão descritos no Estudo Técnico Preliminar.

Requisitos de Manutenção

4.5. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativa e evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade dos links instalados, à correção de eventuais falhas, ao ajuste de parâmetros técnicos quando necessário e à garantia de desempenho contínuo da solução.

4.5.1. As manutenções evolutivas não se aplicam à presente solução, por se tratar de serviço de telecomunicações com escopo definido e padronizado, cabendo à Contratada assegurar a operação estável, dentro dos níveis de serviço estabelecidos, mediante intervenções programadas ou emergenciais, conforme previsto no Termo de Referência.

Requisitos Temporais

4.6. Considerando a abrangência territorial da contratação, as características distintas de infraestrutura entre as regiões atendidas e a necessidade de garantir continuidade do serviço, deverá ser obedecido o seguinte cronograma técnico progressivo, contado da data de emissão da Ordem de Serviço (OS) pela Contratante:

4.6.1. Até 60 (sessenta) dias corridos: a Contratada deverá instalar e ativar no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos links contratados. O Item 1 (link de 1 Gbps / 1 Gbps – SR01 Porto Alegre) deverá obrigatoriamente estar incluído nesta primeira fase, dada sua criticidade operacional e seu papel central na distribuição do tráfego das demais unidades.

- 4.6.2. Até 90 (noventa e cinco) dias corridos: a Contratada deverá alcançar 75% (setenta e cinco por cento) dos links instalados e ativados, assegurando progresso contínuo, especialmente nas unidades urbano-regionais com maior disponibilidade de infraestrutura.
- 4.6.3. Até 120 (cento e vinte) dias corridos: a Contratada deverá concluir a instalação e ativação de 100% (cem por cento) dos links objeto desta contratação, incluindo unidades remotas, localidades com limitações de infraestrutura e acessos via tecnologia satelital quando aplicável.
- 4.6.4. Em situações excepcionais e devidamente justificadas pela Contratada, poderá haver prorrogação de cada fase por até igual período, desde que a justificativa seja apresentada antes do vencimento do prazo original e haja autorização expressa da Contratante. A prorrogação não poderá comprometer a continuidade dos serviços essenciais da PRF nem afetar o cronograma global de entrega da solução.
- 4.6.5. Os prazos podem ser prorrogados, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
- 4.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.8. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.9. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução / entrega
Abertura de chamado / atendimento inicial	1 hora (24x7)	—
Falha total no link (interrupção completa)	1 hora (24x7)	12 horas (limite máximo permitido)
Falha parcial / degradação de performance	2 horas (24x7)	até 12 horas, respeitando a disponibilidade mínima mensal de 99,4%
Ajustes lógicos, reconfigurações simples, esclarecimentos técnicos (sem visita técnica)	8 horas úteis	até 12 horas
Reparo com necessidade de visita técnica	início remoto em até 1 hora e deslocamento de equipe em até 8 horas	restabelecimento total em até 12 horas, independentemente da complexidade
Substituição de equipamentos fornecidos pela Contratada (ONU, CPE, rádios etc.)	Até 8 horas para início	até 12 horas para restabelecimento total
REMANEJAMENTO DE LINK (nova unidade / mudança de endereço / alteração de infraestrutura)	Início da análise em até 5 dias úteis	A Contratada deverá apresentar ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA em até 30 dias corridos, contendo fundamentação completa. <ul style="list-style-type: none"> • Se viável, o remanejamento deverá ser executado em comum acordo com a fiscalização. • Se inviável, a Contratada deverá apresentar relatório consubstanciado, técnico e justificável, em até 30 dias corridos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.10. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e adotar requisitos mínimos essenciais para a segurança física e digital, garantindo confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações trafegadas pelos links contratados, e ainda:
- i) Notificar imediatamente o contratante em caso de qualquer incidente de segurança que possa resultar em dano aos titulares dos dados;

- ii) Garantir que dados pessoais e registros de conexão não serão fornecidos a terceiros, salvo mediante consentimento ou nas hipóteses previstas em lei (como ordem judicial);
- iii) Garantir que o provedor assegure a conformidade com as normas brasileiras; e
- iv) Garantir e descrever, de forma clara e explícita, quais dados serão coletados, com qual finalidade e por quanto tempo serão armazenados.

4.10.1. A Contratada deverá assegurar que toda a infraestrutura utilizada na prestação do serviço, incluindo equipamentos, protocolos, rotas, sistemas de gerenciamento e canais de suporte, observe padrões de segurança compatíveis com o ambiente institucional da PRF, vedando-se qualquer forma de acesso indevido, interceptação, manipulação ou exposição de dados.

4.10.2. As comunicações deverão operar em canais protegidos, com isolamento adequado de tráfego, sem compartilhamento de informações entre clientes e sem utilização de mecanismos ou serviços que possam comprometer a privacidade ou segurança da rede corporativa.

4.10.3. A Contratada deverá, ainda, cumprir integralmente as diretrizes legais e normativas aplicáveis à segurança da informação na Administração Pública Federal, bem como adotar medidas de proteção contra ataques, incidentes, indisponibilidades e outras ameaças cibernéticas, devendo comunicar preventivamente e reativamente à Contratante qualquer evento que possa impactar a continuidade ou segurança dos serviços.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.11.1. Requisitos Ambientais:

- i) Gestão de Resíduos Eletrônicos: Exigência de um plano de descarte adequado para equipamentos eletrônicos (modems, roteadores, cabos antigos), em conformidade com a legislação ambiental.
- ii) Eficiência Energética: Preferência por fornecedores que utilizem equipamentos com certificação de eficiência energética ou que demonstrem uso consciente de energia em suas operações.
- iii) Uso de Energia Renovável: Considerar se o provedor utiliza fontes de energia renovável em seus data centers e operações.
- iv) Minimização de Impactos: Prevenção e minimização de impactos ambientais decorrentes da instalação e manutenção da infraestrutura de rede (cabos, antenas).

4.11.2. Requisitos Sociais

- i) Proteção de Dados: Cumprimento rigoroso do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a segurança e o sigilo dos dados dos usuários.
- ii) Acessibilidade: Disponibilização de canais de atendimento acessíveis e serviços que atendam às necessidades de todos os usuários.

4.11.3. Requisitos Culturais

- i) Respeito à Diversidade e Comunidades Locais: Considerar o impacto das instalações de infraestrutura em comunidades locais, incluindo o patrimônio cultural, e garantir o diálogo e o respeito às suas práticas e valores.
- ii) Promoção da Cultura Local: Incentivar, quando aplicável, o apoio a iniciativas culturais locais por parte do fornecedor.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar.

4.13. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos nas especificações técnicas dos equipamentos adotados, além dos regramentos internos da Contratante.

4.14.1. A contratada deverá garantir que a infraestrutura entregue atenda aos padrões de desempenho, disponibilidade, segurança e integridade definidos neste Termo de Referência.

4.14.2. A implementação deverá seguir critérios técnicos que assegurem estabilidade, redundância lógica adequada, qualidade de transmissão, conformidade com a topologia operacional da Contratante.

4.14.3. Todas as atividades de instalação, configuração, testes e ativação deverão obedecer às melhores práticas de engenharia de telecomunicações, às normas vigentes e aos procedimentos de segurança e continuidade operacional exigidos pela Contratante.

4.14.4. O projeto da solução deverá contemplar o dimensionamento adequado de banda, a definição dos meios físicos utilizados, a topologia de interconexão, as rotas lógicas e a configuração dos equipamentos necessários para a entrega dos links contratados, assegurando a operação contínua e o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.

4.14.5. A Contratada deverá empregar infraestrutura compatível com o padrão de link dedicado corporativo, implementar rotas e caminhos de rede estáveis e isentos de CGNAT quando a entrega exigir IP público (caso do Item 1), garantir isolamento de tráfego entre clientes, e utilizar equipamentos certificados, atualizados e configurados conforme boas práticas.

4.14.6. O projeto deverá prever ainda proteção elétrica, aterramento, conformidade com normas de cabeamento e telecomunicações, mecanismos de mitigação de falhas e capacidade de suporte técnico adequado, incluindo monitoramento proativo e diagnóstico remoto.

4.14.7. Todos os pontos instalados deverão ser testados antes da ativação, devendo ser emitido relatório técnico de aceitação contendo os registros de medições, latência, jitter, perda de pacotes, banda entregue e demais parâmetros definidos neste TR.

Requisitos de Implantação

4.15. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos no Estudo Técnico Preliminar.

4.15.1. A Contratada será responsável por toda a implantação física e lógica necessária à disponibilização do serviço, incluindo fornecimento, instalação, configuração e ativação de equipamentos de rede, dispositivos terminais (ONT/ONU, rádios, CPEs, conversores), cabeamento, conectividade interna, meios de transmissão e quaisquer outros elementos indispensáveis ao funcionamento do link dedicado.

4.15.2. Toda instalação deverá ser realizada por equipe técnica habilitada, observando normas de telecomunicações, requisitos de aterramento e proteção elétrica, rotulagem adequada, organização física, bem como registro fotográfico e documental de cada etapa.

4.15.3. Concluída a instalação, deverá ser apresentado Relatório de Entrega Técnica (RET) contendo medições de banda, latência, jitter, perda de pacotes, validação de redundâncias previstas, identificação de portas, acessórios instalados e demais evidências que comprovem o pleno funcionamento do circuito.

4.15.4. Qualquer atividade de implantação deverá ocorrer sem interrupção superior a 12 horas e em conformidade com o cronograma previsto neste Termo de Referência.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.16. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.17. Os serviços de assistência técnica, suporte, manutenção, garantia e atendimento operacional deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.17.1. A Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para atendimento remoto e presencial, aptos a realizar diagnósticos, testes, reparos, substituição de componentes e demais atividades necessárias ao restabelecimento das funcionalidades do link.

4.17.2. A Contratada deverá manter estrutura operacional compatível com a demanda da Contratante, incluindo Central de Atendimento (NOC) com funcionamento 24x7, sistema de abertura e acompanhamento de chamados, equipe de suporte de campo distribuída de forma a atender os prazos de deslocamento previstos no SLA, bem como mecanismos de monitoramento contínuo dos circuitos contratados, com geração de alertas, registros de eventos e comunicação proativa à Contratante sobre qualquer incidente que possa impactar a disponibilidade ou o desempenho dos serviços.

4.17.3. Todos os atendimentos deverão contar com os recursos ferramentais, instrumentos de medição, equipamentos auxiliares, dispositivos de teste e ferramentas de software indispensáveis à correta execução dos serviços, assegurando que as intervenções atendam aos níveis mínimos de qualidade, segurança e desempenho definidos neste Termo de Referência.

Requisitos de Formação da Equipe

4.18. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

4.18.1. A Contratada deverá assegurar que suas equipes possuam formação e experiência compatíveis com as atividades desempenhadas, incluindo conhecimento em redes IP, fibra óptica, rádio, satélite, equipamentos CPE, padrões de cabeamento, testes e medições, câmeras de monitoramento, bem como domínio das ferramentas de monitoramento e diagnóstico utilizadas no serviço.

4.18.2. Os profissionais destacados para atendimento deverão ser capazes de identificar rapidamente falhas, executar intervenções corretivas e preventivas, analisar degradações de performance e cumprir integralmente os prazos definidos no SLA, observando ainda os requisitos de segurança, confidencialidade e acesso restrito às instalações da Contratante.

4.18.3. A Contratada deverá assegurar que todos os profissionais envolvidos na operação, manutenção, suporte e atendimento técnico estejam vinculados formalmente ao prestador do serviço, disponham dos equipamentos necessários à execução das atividades e cumpram integralmente os procedimentos operacionais, protocolos de segurança e normas internas estabelecidas pela Contratante.

4.18.4. As equipes deverão atuar em conformidade com os padrões definidos neste Termo de Referência, garantir a rastreabilidade de cada intervenção por meio de registros de atendimento e documentação adequada, e observar rigorosamente as práticas recomendadas de engenharia de telecomunicações, a fim de assegurar a qualidade, continuidade e confiabilidade dos serviços prestados.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.19. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.20. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.21. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências de forma contínua, assegurando atendimento eletrônico e telefônico com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de modo a possibilitar a abertura de chamados, acompanhamento de incidentes, solicitações de suporte, reporte de falhas e comunicação emergencial a qualquer momento.

4.21.1. O canal eletrônico deverá incluir, no mínimo, sistema de chamados (portal), e-mail institucional e interface para acompanhamento em tempo real, enquanto o canal telefônico deverá permitir contato direto com o NOC (Network Operation Center), garantindo resposta inicial dentro dos prazos definidos no SLA.

4.22. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.23. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos no Estudo Técnico Preliminar.

4.23.1. A operação do serviço deverá ocorrer em conformidade com a Política de Segurança da Informação da PRF, com a legislação de proteção de dados pessoais e com as normas internas aplicáveis, vedando-se qualquer forma de interceptação, inspeção indevida, compartilhamento, desvio ou exposição de dados.

4.23.2. A Contratada deverá assegurar que sua infraestrutura, seus processos, suas rotinas de monitoramento e seus mecanismos de acesso estejam protegidos contra ameaças cibernéticas, devendo implementar controles que previnam acessos não autorizados, manipulação indevida de tráfego, vazamento de informações, ou qualquer incidente que comprometa o ambiente tecnológico da Contratante.

4.23.3. Todo o tratamento de dados pessoais eventualmente envolvido deverá observar os princípios, bases legais e medidas técnicas exigidas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Vistoria

4.24. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09** horas às **16** horas.

4.25. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.26. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.26.1. A vistoria deverá ocorrer exclusivamente nas áreas autorizadas pela Contratante, sendo vedado ao representante da empresa acessar dependências não relacionadas diretamente ao objeto da contratação ou que exijam credenciais ou autorizações especiais.

4.26.2. Qualquer necessidade de acesso adicional deverá ser previamente solicitada e autorizada de forma expressa.

4.26.3. Durante a vistoria, será permitido ao representante do interessado realizar anotações, registros fotográficos e medições técnicas indispensáveis ao entendimento das condições de infraestrutura do local, desde que tais registros não comprometam a segurança das instalações nem envolvam áreas classificadas ou informações sigilosas.

4.26.4. Todas as atividades deverão seguir as orientações do servidor designado e observar as normas internas da PRF.

4.27. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.29. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.29.1. Gestão de Resíduos Eletrônicos: A contratada deverá adotar política clara e certificada para o descarte ambientalmente adequado de equipamentos antigos, cabos e outros resíduos eletrônicos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.29.2. Eficiência Energética: A contratada deverá priorizar fornecedores que utilizem equipamentos com certificação de eficiência energética e que demonstrem uso de fontes de energia renovável em seus data centers e operações.

4.29.3. Redução de Emissões: A contratada deverá considerar a pegada de carbono da empresa e suas estratégias para mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

4.29.4. Uso de Materiais Sustentáveis: A contratada deverá incentivar o uso de materiais reciclados ou recicláveis em embalagens e, se aplicável, na infraestrutura física da rede.

Indicação de marcas ou modelos

4.30. Na presente contratação não há indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.31. Na presente contratação não há vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.

Da exigência de carta de solidariedade

4.32. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.33. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.34. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.34.1. É vedada a subcontratação da prestação principal do serviço de conectividade dedicada, incluindo o gerenciamento integral dos links, a operação lógica da rede, a supervisão técnica, o monitoramento 24x7, o NOC, o cumprimento do SLA e todas as atividades diretamente relacionadas à entrega do serviço contratado.

4.34.2. É vedada a subcontratação de qualquer atividade que envolva tratamento, inspeção, manipulação, análise ou gerenciamento de tráfego de dados, incluindo endereçamento, roteamento, controle de acesso, BGP, políticas de segurança, filtragem, QoS ou qualquer funcionalidade que impacte diretamente a segurança e a integridade das informações da Contratante.

4.34.3. É vedada a subcontratação que resulte na transferência de responsabilidade operacional, técnica ou contratual para terceiros, bem como qualquer forma de repasse integral do serviço ("empresa atravessadora"), sendo obrigatória a retenção da responsabilidade plena pela Contratada, independentemente das parcelas eventualmente subcontratadas.

4.35. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.35.1. Poderá ser subcontratada a infraestrutura de acesso local (última milha), incluindo fibra óptica, rádio, ou outros meios físicos equivalentes, utilizados para interligar o endereço da Contratante ao backbone da Contratada, desde que:

a) a Contratada permaneça integralmente responsável pelo atendimento ao SLA, pela gestão da solução, pelo NOC e pela segurança da informação;

b) a empresa subcontratada seja autorizada pela Anatel;

c) sejam atendidas todas as especificações técnicas deste TR, incluindo a disponibilidade mínima de 99,4%; e

d) a subcontratação não caracterize repasse integral ou terceirização da operação da rede.

4.35.2. Poderão ser subcontratados serviços de suporte técnico local ou regional, exclusivamente para atividades de campo, tais como visita técnica, deslocamento de equipes, levantamento físico ou substituição de componentes, desde que a supervisão, análise, diagnóstico e gestão técnica permaneçam sob responsabilidade direta da Contratada.

4.35.3. Poderá ser subcontratado o fornecimento ou locação de equipamentos acessórios, tais como rádios, ONUs/ONTs, conversores, CPEs e demais dispositivos auxiliares indispensáveis à ativação do link, desde que cumpram as exigências deste Termo de Referência e que a Contratada mantenha responsabilidade plena pela instalação, configuração, operação, testes e manutenção desses equipamentos.

4.36. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.37. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.38. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.39. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Da exigência de amostra

4.40. Na presente contratação não há exigência de amostra e/ou protótipos.

Garantia da contratação

4.41. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.42. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.42.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.42.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.42.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.42.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.42.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.43. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.44. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.45. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.46. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.46.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.47. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.47.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.47.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.47.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.48. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.49. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.50. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.51. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.52. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.52.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.52.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.53. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.53.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.53.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.54. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.55. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.56. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.57. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Instalação de escritório

4.58. Não há obrigatoriedade de instalação de escritório no local de prestação do serviço.

Margem de Preferência

4.59. O objeto da contratação não enquadra-se na margem de preferência prevista no Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, da Casa Civil.

Informações relevantes para apresentação da proposta

4.60. A proposta deverá ser apresentada com as seguintes características:

4.60.1. Deverá conter o valor total da prestação do serviço - para toda vigência (12 meses);

4.60.2. Deverá conter o valor unitário mensal, considerando o valor total dividido pela quantidade de meses de vigência (12); e

4.60.3. Não poderá ter valor global ou de componentes superior ao valor máximo admitido por item e por componente.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.4. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.5. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.6. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.7. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.8. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e
- 5.3.9. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto terá início em até **05 (cinco) dias úteis** a contar da **emissão da Ordem de Serviço (OS)**, momento em que se inicia a contagem dos prazos para implantação das fases descritas no item 4.6 deste Termo de Referência, incluindo a ativação mínima de 50% dos links em até 60 dias, 75% em 90 dias e 100% em até 120 dias.

6.1.2. Descrição dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Etapas	Descrição	Frequência
1	Emissão de OS para instalação	Sob demanda
2	Fornecimento de material e acessórios	Sob demanda
3	Implantação do serviço	Sob demanda
4	Gerenciamento do serviço	Diário
5	Serviço de manutenção corretiva	Sob demanda
6	Demais serviços de manutenção	Programado

i) A execução do serviço compreenderá o levantamento técnico preliminar, a definição do meio físico adequado (fibra, rádio ou, excepcionalmente, satélite), a implantação da última milha quando necessária, instalação de equipamentos CPE/ONT/ONU, cabeamento interno, configuração lógica, testes de desempenho, medições certificadas de banda, latência, jitter e perda de pacotes, disponibilidade do ponto de monitoramento, emissão do Relatório de Entrega Técnica (RET) e ativação do circuito.

ii) Após a ativação, a Contratada deverá realizar monitoramento proativo 24x7, atendimento a incidentes dentro dos prazos do SLA, manutenção preventiva e corretiva, substituição de componentes, análises de degradação de performance e garantia de disponibilidade mínima mensal de 99,4%.

iii) Todas as atividades deverão observar as boas práticas de engenharia de telecomunicações e os requisitos de segurança da informação definidos pela Contratante.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

- a) emissão da OS;
- b) levantamento técnico;
- c) instalação da última milha (quando aplicável);
- d) instalação e configuração dos equipamentos;
- e) testes e certificação;
- f) ativação do link;
- g) disponibilidade do ponto de monitoramento;
- h) emissão do Relatório de Entrega Técnica e aceite provisório;
- i) operação contínua e suporte 24x7.

6.1.4. Etapas de execução – Períodos:

Etapa 1 – Levantamento técnico: até 05 dias após emissão da OS.

Etapa 2 – Implantação física e instalação da última milha: dentro dos prazos de 60/90/120 dias conforme fases estabelecidas.

Etapa 3 – Configuração lógica e testes: imediatamente após conclusão da etapa 2 em cada unidade.

Etapa 4 – Ativação e aceite provisório: após comprovação técnica de funcionamento pleno.

Etapa 5 – Operação continuada: durante toda a vigência contratual, com suporte 24x7 e atendimento dentro do SLA.

Etapa 6 - Disponibilidade do ponto de monitoramento: imediatamente após emissão da OS.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos endereços das unidades da Contratante constantes no Anexo deste Termo de Referência;

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: em regime contínuo (24x7) para fins de suporte, operação, monitoramento, tratamento de incidentes e restabelecimento de falhas. As atividades de campo poderão ocorrer em horário comercial, salvo nos casos de falha total ou necessidade urgente de intervenção, em que o atendimento deverá observar integralmente o SLA e ocorrer imediatamente ou dentro dos prazos definidos neste Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

a) monitoramento proativo do circuito em regime 24x7;

b) atendimento a incidentes conforme prazos do SLA;

c) emissão de notificações imediatas à Contratante em caso de falha, instabilidade ou risco operacional;

d) registro de chamados, eventos e intervenções com rastreabilidade completa;

e) execução de manutenções corretivas e preventivas dentro dos prazos estabelecidos;

f) substituição de equipamentos defeituosos sem interrupção superior a 12 horas;

g) emissão de relatórios mensais de desempenho, disponibilidade e eventos;

h) cumprimento das normas internas da PRF para acesso às dependências e segurança da informação;

i) atualização contínua da Contratante sobre o status dos links implantados e pendências técnicas.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, sem custos adicionais, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades adequadas para atendimentos dos requisitos obrigatórios estabelecidos neste documento e no Estudo Técnico Preliminar.

6.4.1. Os equipamentos do ponto de monitoramento serão disponibilizados em caso de substituição necessária.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

6.5.1. As unidades estão distribuídas estrategicamente nas localidades de atuação da Contratante;

6.5.2. *As unidades funcionam 24h por dia, 07 dias da semana;*

6.5.3. *Os serviços são de fornecimento de Links de Internet Terrestres, Links Satelitais e Links com disponibilidade do ponto de monitoramento; e*

6.5.4. *O serviço é imprecidível para a atividade da Contratante, devendo ser estável e contínuo.*

Formas de transferência de conhecimento

6.6. *Não será necessária transferência de conhecimento ao término da execução contratual.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.8. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a localização exata da unidade, o prazo para execução e quaisquer particularidades técnicas associadas, conforme modelo descrito no Anexo deste Termo de Referência.

6.8.1. A OS será o documento formal para início das atividades, servindo como instrumento de comparação entre serviços executados e serviços programados, bem como referência para controle, conferência, medição e fiscalização contratual.

6.8.2. A Contratada deverá garantir que todos os serviços previstos na OS sejam executados integralmente, respeitando o volume mínimo estabelecido, as especificações técnicas aplicáveis a cada link e os prazos obrigatórios definidos no cronograma de implantação e no SLA.

6.8.3. Cada OS deverá detalhar a unidade atendida, a banda contratada, o meio físico de entrega, a necessidade (ou não) de implantação de última milha, as condições de acesso físico e lógico, eventuais restrições do local e os prazos máximos para conclusão da instalação, certificação, ativação e aceite provisório.

6.8.4. A Contratada também deverá registrar, para fins de controle e auditoria, todas as ocorrências associadas à execução daquela OS, permitindo à Fiscalização da Contratante a comparação objetiva entre o serviço contratado, o serviço executado e os indicadores de conformidade exigidos neste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Serviço;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas; e
- VI) Aplicativo de mensagens instantâneas.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.13. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontra-se no Anexo I-F - Termo de manutenção de sigilo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devendo informar à Contratante o meio para contatos necessários.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo, número de telefone com aplicativo de mensagem instantânea e CPF do designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1. Verificar periodicamente a qualidade e a estabilidade dos links entregues, assegurando que os parâmetros de desempenho — banda mínima garantida, latência, jitter, perda de pacotes e disponibilidade mensal — atendam aos limites e tolerâncias definidos no SLA, registrando eventuais anomalias, instabilidades ou degradações para cobrança de providências da Contratada.

7.18.2. Conferir a veracidade, completude e rastreabilidade das informações prestadas pela Contratada, incluindo relatórios mensais de desempenho, registros de incidentes, tempos de atendimento e restauração, intervenções técnicas, substituição de equipamentos e demais evidências que fundamentem a medição dos níveis de serviço, podendo solicitar documentação complementar sempre que necessário.

7.18.3. Acompanhar e verificar a execução de atividades de campo, tais como instalação, remanejamento, ajustes físicos, substituição de componentes, visitas técnicas e manutenção preventiva ou corretiva, assegurando que os trabalhos sejam realizados por profissionais habilitados, dentro dos prazos definidos no

SLA e em conformidade com os requisitos técnicos, operacionais e de segurança estabelecidos pela Contratante.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.22.1. Acompanhar a conformidade dos documentos fiscais apresentados pela Contratada, verificando a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, a compatibilidade entre os serviços executados e os valores faturados, o cumprimento das condições de pagamento estabelecidas e a necessidade de glosas quando houver descumprimento parcial das obrigações contratuais ou dos níveis de serviço (SLA).

7.22.2. Analisar periodicamente a execução financeira do contrato, incluindo empenhos, liquidações e pagamentos, assegurando que a execução orçamentária esteja alinhada ao cronograma contratual e que eventuais solicitação de reajustes, recomposições, repactuações ou aditivos sejam devidamente justificadas, fundamentadas e formalizadas conforme a legislação vigente.

7.22.3. Controlar e registrar, em sistema oficial ou documento próprio, todas as ocorrências administrativas relevantes relacionadas à execução contratual, tais como notificações, advertências, solicitações de ajuste, reuniões, descumprimentos identificados, prazos concedidos, manifestações da Contratada e medidas adotadas, de forma a garantir rastreabilidade, transparência e suporte documental às ações de gestão e fiscalização do contrato.

Gestor do Contrato

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I-J - Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. O atendimento integral às especificações técnicas e operacionais constantes no Termo de Referência, incluindo parâmetros de desempenho do link (banda, latência, jitter, perda de pacotes), cumprimento do prazo máximo de restabelecimento (12 horas), manutenção da disponibilidade mínima mensal (99,4%), operação estável e adequada entrega dos serviços no período de referência;

8.4.2. O resultado dos Indicadores de Medição de Resultado (IMR), especialmente os índices de atendimento no prazo (IAP), disponibilidade do link (IDL), tempo de restabelecimento (ITR), reincidência de chamados (ICR) e qualidade do serviço (IQS), cujas metas devem ser observadas mensalmente.

8.4.3. Os valores de pagamento serão ajustados conforme o desempenho da Contratada, aplicando-se as glosas e penalidades correlatas previstas neste Termo de Referência; e

8.4.4. A apresentação tempestiva e fidedigna da documentação obrigatória, incluindo relatórios mensais de desempenho, registros de incidentes, comprovantes de intervenções técnicas, relatórios de disponibilidade, evidências de medições e demais informações que permitam a verificação objetiva dos serviços prestados.

8.4.5. A ausência ou inconsistência dos documentos poderá ensejar glosa, suspensão do pagamento ou aplicação das penalidades previstas, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

8.4.6. O serviço será por demanda, com valor preliminar de pagamento apurado para cada unidade com efetiva prestação do serviço;

8.4.7. Apuração de Glosa / Sanção prevista neste instrumento e aplicação na forma pactuada; e

8.4.8. Para cada local será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e apurado o valor final e definitivo de pagamento.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de referência, correspondente ao mês civil imediatamente anterior ao da apresentação da fatura, desde que comprovada a prestação integral dos serviços durante o período, observados os relatórios de desempenho, indicadores do IMR, medições de disponibilidade, registros de chamados e demais evidências documentais exigidas pela Fiscalização.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. A realização de testes técnicos de desempenho e conformidade, incluindo medições de banda entregue (download e upload), latência, jitter, perda de pacotes, verificação de estabilidade do link, certificação do meio físico (fibra, rádio ou satélite), inspeção de cabeamento e confirmação da correta instalação dos equipamentos fornecidos pela Contratada. Os testes deverão ser documentados e assinados por técnico habilitado, evidenciando que o serviço atende às especificações técnicas previstas no Termo de Referência;

8.22.2. A avaliação dos registros de monitoramento e operação, contemplando logs de disponibilidade, relatórios de eventos, incidentes resolvidos no período, tempos de restabelecimento, alertas de degradação de performance, registro de chamados e cumprimento dos prazos definidos no SLA. A Fiscalização deverá verificar a consistência dos dados apresentados, a rastreabilidade das ocorrências e a compatibilidade entre as evidências da Contratada e os registros próprios da Contratante; e

8.22.3. A verificação da conformidade documental e administrativa, incluindo Relatório de Entrega Técnica (RET), termo de instalação e ativação, documentação de configuração, identificação das portas utilizadas,

registro fotográfico, informações sobre a topologia do link, evidências de testes realizados, e demais documentos que comprovem a finalização adequada da etapa de implantação. Para o recebimento definitivo, deverão ser avaliados, ainda, o cumprimento integral das metas estabelecidas no IMR, a ausência de pendências técnicas e a regularidade fiscal e contratual da Contratada.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

8.29.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/01/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41.1. Sem prejuízo do reajustamento previsto neste item, os valores contratados poderão ser reduzidos mediante apostilamento, sempre que houver queda comprovada dos preços de mercado, apresentação de proposta mais vantajosa pela própria Contratada, redução dos custos de tecnologia, descontinuação de tarifas, praticidade operacional ou quaisquer condições que tornem o preço vigente superior ao praticado no mercado para serviços equivalentes.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

<i>Id</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Glosa / Sanção</i>
		<i>Multa de 0,1 (um décimo) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro</i>

1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 16 horas úteis.	meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 20 (vinte) dias úteis.
		Após o limite de 20 (vinte) dias úteis, aplicar-se-á multa de 4 (quatro) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1 (um) % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.*

9.4.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

9.4.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

9.4.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor da contratação.*

9.4.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor da contratação.*

9.4.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor da contratação.*

9.4.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor da contratação.*

9.4.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor da contratação.*

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Da Aplicação da Margem de Preferência

10.2. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Regime de Execução

10.3. O regime de execução do contrato será por Empreitada por Preço Unitário (EPU).

10.3.1. A escolha pelo regime de Empreitada por Preço Unitário é a mais adequada para serviços pretendidos, especialmente em um órgão com a estrutura da PRF.

10.3.2. Diferente da empreitada por preço global (onde se paga pelo "todo" sem detalhar as partes), a EPU permite que a Administração pague exatamente pelo que for medido e instalado.

10.3.3. Como o serviço de internet é faturado mensalmente (mensalidades), o "preço unitário" é o valor da mensalidade de cada link. Isso facilita a gestão contratual: se você desativar um posto na BR-101, basta subtrair aquela "unidade" da fatura mensal, sem necessidade de reequilíbrio complexo do contrato global.

10.3.4. Com adoção do preço unitário, o risco é compartilhado. A empresa sabe que receberá exatamente por cada instalação e cada mês de serviço prestado. Isso atrai propostas com preços mais competitivos e reduz o "BDI de risco" das licitantes.

10.3.5. O regime de preço unitário permite que a PRF adicione novos pontos (respeitando os limites legais de acréscimo) utilizando o valor unitário já registrado em ata, garantindo a padronização de custos para toda a corporação.

10.3.6. A adoção do regime de Empreitada por Preço Unitário justifica-se pela natureza do objeto, cujos quantitativos de instalação e manutenção podem sofrer variações ao longo da execução contratual, em razão da dinâmica operacional da Polícia Rodoviária Federal e de eventuais limitações de viabilidade técnica em localidades remotas.

10.3.7. Este regime assegura que a Administração remunere apenas os serviços efetivamente prestados e os links devidamente ativos (medição por unidade), mitigando riscos de superfaturamento por serviços não executados e conferindo maior transparência e controle sobre o gasto público.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), e em conformidade com o Regulamento Geral dos Serviços de Telecomunicações (RGST), aprovado pela Resolução ANATEL nº 777, de 28 de abril de 2025.

10.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de Qualificação Econômico-Financeira justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura Contratada detém solidez financeira compatível com a criticidade do objeto. Considerando que os serviços de comunicação de dados são essenciais para as atividades de segurança pública, inteligência e fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, a demonstração de saúde financeira (através de índices de liquidez e patrimônio líquido) atua como medida cautelar contra o risco de interrupção dos serviços por insolvência, garantindo que a estrutura operacional necessária para o atendimento em localidades remotas seja mantida durante toda a vigência contratual.

10.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado do respectivo grupo da contratação, para o período de doze meses.

10.27.1. Caso um mesmo fornecedor seja convocado para apresentação de documentos relativos a mais que um grupo deverá comprovar o requerido para a somatória do valor total estimado dos grupos.

10.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada exercício social exigido, sob pena de inabilitação;

10.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

A Qualificação Técnica exigida neste certame não busca restringir a competitividade, mas sim selecionar parceiro capaz de suportar a infraestrutura crítica de comunicação da PRF. A experiência prévia em redes de longa distância e em ambientes de missão crítica é indispensável, visto que falhas na execução do serviço podem resultar na cegueira digital dos agentes de campo, inviabilizando consultas a sistemas de segurança nacional e colocando em risco a eficácia das operações policiais e a segurança da sociedade.

10.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, se aplicável, em plena validade, exclusivamente para atividades que exigirem responsabilidade técnica sujeita a regulamentação específica.

10.34.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.35. Prova de atendimento aos requisitos estabelecidos na Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) e na regulamentação vigente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, especialmente o atendimento às condições previstas no Regulamento Geral dos Serviços de Telecomunicações – RGST, aprovado pela Resolução ANATEL nº 777, de 28 de abril de 2025, incluindo a manutenção da autorização para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), a regularidade perante a ANATEL, e o cumprimento das obrigações setoriais aplicáveis.

Qualificação Técnico-Operacional

10.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.36.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços de telecomunicações relacionados à disponibilização, operação e manutenção de links dedicados de dados, banda larga corporativa, fibra óptica, rádio digital, SCM, ou serviços equivalentes, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.36.1.2. Atestados que comprovem, cumulativamente, em um mesmo documento:

a) instalação ou remanejamento de links de internet;

- b) a prestação de serviços de conectividade com capacidade mínima de 50 Mbps por link ou tecnologia equivalente, por no mínimo 12 meses;
- c) a operação de, pelo menos, 10 (dez) circuitos ativos simultaneamente, em ambientes corporativos, órgãos públicos ou empresas privadas de médio ou grande porte;
- d) a prestação de suporte técnico 24x7 e manutenção de SLA com disponibilidade mínima contratual igual ou superior a 99%, comprovado por relatório, termo de aceite, atestado ou declaração equivalente da contratante original.

10.36.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.36.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.36.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.36.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

i) ata de fundação;

ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

iv) ditais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.45.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.45.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.45.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Da participação em forma de consórcio

10.46. Considerando que o serviço exige capilaridade nacional e alta especialização técnica, a formação de consórcios permite que empresas com diferentes expertises e infraestruturas regionais somem esforços, ampliando a competitividade e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a segurança e a continuidade do serviço público.

10.47. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as seguintes condições:

a) Comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio;

b) Indicação da empresa líder, que será a responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c) Apresentação dos documentos de habilitação de cada consorciada individualmente;

d) Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

e) Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução contratual.

10.48. Para fins de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a soma dos atestados de cada consorciada.

10.49. Para fins de qualificação econômico-financeira, será admitida a soma dos valores de cada consorciada, acrescendo-se o percentual de 30% sobre o valor exigido para licitante individual.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, R\$ 671.371,60 (seiscentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e um reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11.1.1. O valor máximo aceitável por item está disposto na tabela dos subitens 1.1 e 1.2.1, deste instrumento.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. Considerando a adoção do sistema de registro de preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Responsável,

Equipe de Planejamento da Contratação

Aprovação,

Autoridade Máxima da Área de TIC

Autoridade Competente

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO HENRIQUE SILVA ANDRADE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 12:30:28.

JEFERSON STAUDT

Membro da comissão de contratação

FERNANDO LUIZ LEHN DA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 14:35:22.

NAMUR MOREIRA CHRISTOFF

Membro da comissão de contratação

